

Problemas para a... 25 MAI 1988

por Celso Pinto
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

advertência. "O perigo é que o governo entre e quebre o brinquedo", disse ele.

A conversão informal, que alguns calculam já ter envolvido mais de US\$ 1 bilhão, é um esquema de liquidação de uma dívida externa em cruzados. Ela envolve um banco no exterior interessado em vender um ativo brasileiro com um certo deságio (absorvendo prejuízo), numa ponta, e alguém interessado em receber o equivalente do crédito original em cruzados, no Brasil.

Entre as duas pontas existe, hoje, um exército de intermediários envolvidos, capitaneado, de longe, pelos principais bancos credores do País. Comprando um ativo com deságio, haverá lucro na operação sempre que for recebido em cruzados, no final, mais do que foi gasto no início. O critério para comparação, obviamente, é o valor final em cruzados convertidos em dólares pelo câmbio negro.

Nem sempre essa operação de conversão informal envolve passos ilegais, mas eles acontecem, com frequência, em duas fases: tanto na compra do ativo brasileiro no exterior, quando o comprador é um intermediário brasileiro que adquire os dólares no paralelo e os remete, quanto na etapa final, quando o destinatário dos cruzados os converte em dólares no negro.

Esse tipo de negócio começou a tomar corpo em meados do ano passado. Desde o início deste ano, ele ganhou dimensões bastante relevantes e existe um razoável consenso, dentro e fora do governo, de que essa é a principal origem das pressões sobre o câmbio negro.

O aumento da diferença entre o câmbio oficial e o paralelo incomoda por várias razões. De um lado, pode exacerbar especulações de uma desvalorização mais forte do cruzado, levando, por exemplo, a um retardamento do fechamento de câmbio nas ex-

portações e aceleração de importações — com prejuízo das reservas cambiais. De outro, a partir de um certo nível, passa a tornar muito interessante o subfaturamento das exportações e/ou o superfaturamento das importações.

A conversão informal tem um lado muito interessante: ao final, cancela-se um débito em dólares em troca de cruzados que mudam de mãos dentro do setor privado, sem pressionar a política monetária como acontece com os leilões formais de conversão da dívida. Basicamente por essa razão, o governo, até agora, não só evitou interferir nessas operações como também as elogiou com alguma frequência. Embora alguns continuem pensando dessa forma, crescem as pressões, em Brasília, para que haja alguma interferência.

Do ponto de vista do Banco Central (BC), essas operações informais não prejudicam os esquemas formais fixados para a conversão. O terceiro leilão via bolsa, da dívida vencida, será feito amanhã, no Rio. O esquema de conversão da dívida vincenta (depósitos em dólares congelados no BC via Resolução nº 432 e Circular nº 230), por sua vez, já acumulou uma "fila" de interessados no BC da ordem de US\$ 3 bilhões, não muito longe do estoque de dinheiro depositado.

Nem todo esse dinheiro,

contudo, corresponde, de fato, a projetos de investimento. Muitos entraram na "fila" apenas para vender sua posição a interessados, de fato, mais à frente. Para contornar esse processo, o BC fixou uma regra: todos os candidatos à conversão têm trinta dias para apresentar seus projetos para exame do BC. Quando o

projeto não existe, o pedido é cancelado.

A informação é que, à medida que os primeiros prazos limites estão vencendo, a constatação é de que realmente havia muita gente na "fila" apenas com interesse especulativo. Muitos pedidos, do total original de US\$ 3 bilhões, estão sendo cancelados.

Problemas para a conversão informal

por Celso Pinto
de Brasília

Depois de um longo período de convivência pacífica com o governo, o esquema de conversão informal da dívida externa começa a gerar ruídos em Brasília que podem levar a algum tipo de intervenção oficial.

São dois os ruídos principais. Um deles, conhecido, é a pressão que a conversão informal tem exercido sobre a cotação do dólar no câmbio negro. Depois de um longo período de oscilações do dólar paralelo em torno de 20% acima da cotação oficial, a diferença ronda hoje quase o dobro, ou seja, perto de 40%.

(As cotações do dólar dispararam ontem no mercado paralelo e subiram 3,2%. No final das operações a moeda norte-americana era cotada a CZ\$ 220,00 na compra e CZ\$ 223,00 na venda. O ágio subiu para 41,2%, o maior desde o dia 23 de março do ano passado. No Rio o preço chegou a CZ\$ 225,00 na venda — ver página 20.)

A segunda razão é menos comentada. O negócio da conversão informal tem resultado em algumas disputas pesadas entre grandes bancos, tanto nacionais quanto estrangeiros. São divergências em torno de comissões e participações em algumas operações. Em alguns casos, grandes bancos ameaçaram ir à Justiça para defender seus interesses. O problema, na verdade, ameaça tomar uma dimensão maior do que uma simples disputa entre instituições privadas.

Tanto o Banco Central (BC) quanto outros setores do governo, a começar de áreas próximas à Presidência, têm acompanhado esses desdobramentos com certa apreensão e não está, em absoluto, descartada a hipótese de uma intervenção direta do governo nos negócios informais com a dívida. Isso ficou claro, aliás, num recente encontro entre um diretor do BC e banqueiros.

Depois de ouvir algumas sugestões para que o governo se posicionasse em relação a disputas geradas pela negociação informal, o diretor aproveitou para deixar uma

(Continua na página 22)